



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 37

Sessão Ordinária Novembro/Dezembro

2.ª Reunião em 04/12/2015

Aos quatro dias do mês de Dezembro do ano dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente António do Pranto Nogueira Leite, Secretariado pela Primeira Secretária Maria José Teixeira de Morais Afonso França e pelo Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroiteia, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Mónica Filipa Cristovão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Silvestre Paiva da Silva, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Nunes Saraiva de Almeida, Mário Júlio Maia Mostardinha, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Paulo Alexandre Florentino Marques, Jorge Manuel Henriques Medeiros Greno, Miguel António Costa da Silva, Anabela de Almeida Saraiva, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Maria Margarida Tavares Bilelo Valério, Paulo Jorge Coimbra Fontes, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, João Carlos Rodrigues Morgado, Jorge Manuel do Nascimento, Aida Isabel Pereira Tavares, António dos Santos Costa, Nuno Frederico Miranda Leite, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltou a Vogal Daniela Marisa Pereira de Magalhães.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Luís Miguel Capão Filipe (chegou às 21:00), Carla Raquel Castro da Rocha Madureira (chegou às 21:00 horas), Paula Cristina Dias Urbano Antunes, João Francisco Carvalho de Sousa, e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Não esteve presente o Vereador Eduardo Elísio Silva Peralta Feio.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, Maria da Luz Nolasco Cardoso, e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Jorge Manuel Henriques Medeiros Greno, Anabela de Almeida Saraiva, Maria Margarida Tavares Bilelo Valério, Paulo Jorge Coimbra Fontes, Aida Isabel Pereira Tavares, e Rita Alexandra Monteiro Batista.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, David Paiva Martins, Firmino Marques Ferreira, Antero Marques dos Santos, e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta reunião por Silvestre Paiva da Silva, Mário Júlio Maia Mostardinha, Miguel António Costa da Silva, e Nuno Frederico Miranda Leite, respectivamente.⁰⁰²

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Maria Leonor Nunes dos Reis, e João Condinho Vargas, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

A seguir o Presidente da Mesa deu continuação à *Ordem-do-Dia* nesta segunda reunião da Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro.

Ponto 2. – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento CMA 2016;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública realizada em 30/10/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁰³ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁴

“O documento do Plano e Orçamento para dois mil e dezasseis, que apresentamos à Assembleia Municipal, parte do pressuposto da execução iniciada no exercício de dois mil e dezasseis do Programa de Ajustamento Municipal, uma boa parte da sua dimensão financeira está condicionada por isso mesmo. As três tranches iniciais, ou melhor, os quatro desembolsos iniciais, eles são é trimestrais, previstos para o ano um da execução do Programa, que seria em dois mil e quinze e que nesta fase garantidamente não é em dois mil e quinze e será em dois mil e dezasseis, condicionam essa circunstância. Por isso a nossa proposta vai para uma dimensão financeira na casa dos sem milhões de euros que, obviamente, não é a nossa realidade no que respeita à execução da despesa e da receita respeitante, em sentido restrito, àquilo que vamos fazendo durante o ano de dois mil e dezasseis. Aqui a dimensão financeira está na casa dos cinquenta e seis milhões de euros que é a parte restante dos cerca de quarenta e três que têm a ver com a execução do Programa de Ajustamento Municipal, as transferências financeiras do FAM e o pagamento da dívida que lhe está agregada. Conseguimos, por esta via, uma dimensão orçamental que é positiva no que respeita àquilo que tivemos em dois mil e catorze e àquilo que tivemos em dois mil e quinze no sentido do crescimento. Portanto vamos ter uma capacidade financeira maior para gerirmos a despesa, as coisas que queremos fazer. E aqui, nas coisas que queremos fazer, está o funcionamento normal da Câmara Municipal, o cumprimento dos chamados serviços públicos essenciais conferindo-lhe níveis de qualidade o mais alto possível nas suas diferentes dimensões, elas estão bem definidas no tal artigo terceiro da Lei FAM. Uma parte dessa dimensão financeira à execução de um conjunto de projetos que já estão com garantia de financiamento no Quadro do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da

Região de Aveiro, assinado por mim próprio, como Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, no passado dia trinta e um de Agosto. Portanto, um conjunto de investimentos na área da Educação temos três escolas, na área da Saúde temos cinco USF's, na área da Cultura temos duas intervenções em Património Nacional, uma na nossa gestão do Museu de Aveiro, outra da gestão da Direcção Regional da Cultura do Centro, com o pressuposto de acordo com a Câmara para se fazer o investimento que está em causa, além de outras intervenções de âmbito intermunicipal que não ficam na nossa área estrita de gestão.

Na nossa área estrita de gestão ficam estas, mais uma que me estava a esquecer que é no âmbito da Eficiência Energética a intervenção de qualificação a esse nível da chamada piscina dos Galitos que, como sabemos, nem é da Câmara, nem é do Galitos, está entregue à utilização do Galitos com custos de funcionamento; a sua propriedade é do Instituto Português do Desporto e da Juventude, embora com uma minuta de acordo com o XIX Governo para entrega à Câmara Municipal, situação essa que agora retomaremos no quadro das negociações com o actual Governo.

Portanto, são estas frentes que estão, de forma clara, assumidas nos objetivos fixados nesta proposta, nesta lógica de que também teremos o arranque, em termos de operação de execução, dos projetos financiados pelo Portugal2020, embora, como é sabido por todos, nós ainda temos pela frente burocracia para cumprir. Temos um contrato assinado que nos garante o financiamento, mas depois teremos um processo, ou melhor, dois processos. Um de capacitação técnica da entidade que vai gerir o contrato que é a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, que será no âmbito de um concurso chamado "Concurso de Financiamento da Assistência Técnica" que financiará a equipa de técnicos que irá gerir a operação.

Dois, a publicação dos anúncios dos avisos de concurso por operação ou por tipologia de operação, que vão permitir a contratualização específica para cada uma das nossas intervenções. Como é evidente, em termos de desenvolvimento de projetos, qualquer uma das três áreas, cultura, saúde e educação, já estão os processos em franco desenvolvimento, para que utilizemos o tempo com a máxima eficiência que nos seja possível.

Está aqui a referenciação para a despesa que propomos para o ano de dois mil e dezasseis, a par com um outro conjunto de tarefas que estão assumidas ao nível da cultura, da educação, da promoção turística, da realização de eventos, de um conjunto de áreas que têm a ver com as novas responsabilidades que assumimos para a gestão do Teatro Aveirense e do Estádio Municipal.

Portanto, este plano já tem a capacidade financeira assumida para que seja deste Orçamento que se faça a gestão do Teatro Aveirense e do Estádio Municipal, ao contrário do que temos tido até ao exercício presente em que eram os orçamentos das empresas municipais específicas que o faziam.

Além disso, está também uma verba prevista para o pagamento da concessão no que respeita aos transportes públicos de passageiros, com uma referenciação a cerca de três quartos da despesa previsional para o ano, na medida em que, mesmo correndo tudo bem, o primeiro trimestre do ano não terá o contrato em vigor, não é, de todo, possível e, portanto, o valor que está apresentado tem essa referenciação e tem essa condição.

Esta novidade que o plano assume é o desenvolvimento daquilo que temos vindo a praticar para extinguirmos as empresas municipais, todas elas, e deixar claro que na operação aquilo que sempre foi claro no nosso discurso: nós queremos gerir estes equipamentos e estes serviços da mobilidade, da cultura e do desporto, na melhor condição possível, no equilíbrio daquilo que é a capacidade financeira que temos ao nosso dispor, nesta nova lógica legal de ser por administração direta da Câmara. É por

este orçamento que nós faremos a gestão destes serviços para os cidadãos e mudando a lógica que seguimos e o quadro legal que seguimos até este exercício de dois mil e quinze.

Sumariando, estão aqui alguns dos aspetos principais desta nossa operação, terminando com a nota que assumimos para este ano de dois mil e dezasseis, neste documento, que tem a ver com esta referenciação de Aveiro 2017. Por um lado a assumpção da nossa candidatura, a assumpção de que vamos apresentar uma candidatura, a Aveiro Capital Europeia da Cultura 2027, porque é o próximo ano possível de uma cidade portuguesa poder ser capital europeia da cultura. Mas também porque vamos responder, vamos ter o ano de dois mil e dezasseis como o ano chave para respondermos à pergunta “que Aveiro queremos?” em dois mil e vinte e sete. Essa é a grande pergunta para ser respondida no quadro de todo o trabalho, que já iniciámos, da revisão do Plano Director Municipal. Acabaremos o trabalho e teremos um plano novo em dois mil e dezassete, a vigência referencial dos Planos Directores Municipais é de dez anos e daí a lógica da pergunta que servirá de mote à operação e comunicação da revisão do PDM é exatamente essa: “que Aveiro queremos ter em 2027?”. Ano que coincide com o nosso processo de candidatura de Aveiro Capital Europeia da Cultura.

Quisemos também amarrar estes dois objetivos importantes de pensarmos, de refletirmos, de colocarmos o nosso município em redes europeias importantes, para crescermos todos juntos. Esse é o grande objetivo de toda esta atividade e destes pressupostos que apresentamos à Assembleia Municipal que integram a proposta das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o próximo ano.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[005](#)

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos Senhores Deputados, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores e demais presentes. Em relação a este ponto da ordem de trabalhos, o PCP faria duas ou três considerações. A primeira.

Confirma-se aquilo que o PCP referiu atempadamente ou seja, que a adesão do município de Aveiro iria interferir, como se consagra agora, naquilo que é a autonomia do poder local democrático, nomeadamente naquilo que é a autonomia desta autarquia. Por isso mesmo se lamenta mais o entusiasmo que esta autarquia teve na adesão ao FAM. De facto o município de Aveiro tem um colete-de-forças que de alguma forma restringe a sua liberdade de opção em diversas matérias nomeadamente nestas questões de natureza, económica, fiscal, etc.

Segunda ideia também importante. É que com esta adesão ao FAM a votação deste Orçamento de alguma forma também se está a aprovar orçamentos para 2017 e anos posteriores. Porque de facto as exigências de adesão ao FAM implicarão isso mesmo.

Em relação a coisas mais concretas e sublinhando os números presentes no ponto. Fica claro que (e o PCP tem-no referido aqui várias vezes) o esforço financeiro sobre aquilo que é a vida da autarquia. É um esforço financeiro que recai sobre as pessoas de Aveiro, sobre os trabalhadores, e há dados cuja análise revela isso de uma forma indesmentível. O grau de execução das receitas correntes, onde naturalmente se incluem as taxas e os impostos é de um aumento de 70%!?

No caso das receitas de capital, por outro lado, é de apenas 7,5% (80.6 milhões). Mesmo sabendo que a maior parte deste dinheiro é já do FAM. A verdade é que há uma discrepância muito grande daquilo que são as receitas correntes e aquilo que são as receitas de capital. E a verdade Senhor Presidente de Câmara é que desde que aqui estamos neste mandato (dois anos) creio que se terão feito duas ou três alterações de

património nesta Assembleia. Ou seja, a autarquia não cria alternativas para a resolução da dívida financeira do município, que não passe por, perdoem-me a expressão, “arriando nos mesmos”, indo é fácil, aumentando os impostos, as taxas. Naturalmente que depois há sempre uma exceção, compreendo que do ponto de vista político e mediático é sempre bom ter a exceção, mas de facto este Orçamento vem precisamente consagrar isto.

Por último, há um elemento de natureza política que não posso deixar de sublinhar. Que é a posição do Partido Socialista a tudo isto. De facto não é possível ser-se oposição e depois nas questões essenciais, nomeadamente no aumento da carga fiscal toda, depois aligeiram-se numa pobre abstenção, que de facto em nada contribui para qualquer tipo de diferenciação em relação àquilo que são as grandes políticas e opções da maioria PSD/CDS.

Senhor Presidente de Câmara, este é um Orçamento e Plano que inscreve promessas por cumprir. É um Orçamento que dá forma a opções políticas que oportunamente o PCP aqui rejeitou. Por exemplo o FAM e outros pacotes fiscais. Mesmo sabendo que é em grande parte ficção, sabemos que não são ficção para as populações e para o povo de Aveiro os encargos que este Orçamento comporta, novos ou agravados. Tenho dito.”

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁰⁶

Vogal Aida Tavares (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata⁰⁰⁷

“Muito boa noite a todos. Gostaria de começar por dizer que o documento que nos foi enviado relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento, não se consegue ler bem. As tabelas vem formatadas de modo, pelo menos o meu computador não me permite ler, por tanto temos aqui uma grande dificuldade para poder interpretar um documento de grande relevância para o município.

Daquilo que se consegue ler, eu gostava de dizer que me parece relevante sublinhar, que existe uma clara tendência para apoiar ou ter alguns objetivos sociais. O que é bom. Porque temos o PSD a voltar às origens. À importância do social e para apagar a imagem que foi deixada por Pedro Passos Coelho.

Gostava também de dizer que no documento das Grandes Opções do Plano não existe nenhuma estratégia clara para o desenvolvimento económico do município. Não sabemos quais as indústrias que são importantes, quais as que vão ser as vantagens competitivas em que nós vamos apostar. Quais são as indústrias que caracterizam o nosso município? Como é que nós vamos fazer crescer o município? Como é que todos os sectores se podem interrelacionar no território para crescer? Como é que nós apostamos no crescimento económico e no desenvolvimento do município? Não está claro. Não existe estratégia definida.

Depois em relação ao documento tenho uma dúvida. Parece que as receitas somadas são inferiores às despesas. Vamos continuar a gerar dívida. É isso? As receitas correntes são inferiores às despesas correntes, portanto naturalmente aqui gera-mos dívida. Não deveria ser essa a intenção de um Orçamento num contexto em que nós vivemos. Mais ainda quando recorremos a um FAM para financiar dívida do município.

Também o equilíbrio orçamental pelos vistos não está cumprido!? De acordo com a lei que faz a regulamentação das finanças das autarquias. Nós deveríamos ter as receitas superiores às despesas (alínea a), do artigo 40, da Lei 73/2013). Ou não se verificando a alínea a) devíamos ter a alínea b) em que as receitas tem de ser superiores ou iguais às despesas correntes, acrescidas com as amortizações do empréstimo de médio e longo prazo. Ora isso não se verifica e com tal não é apresentado equilíbrio orçamental.

Como as tabelas não dão para procurar valores, nem dá para verificar se o equilíbrio orçamenta se verifica ou não neste Orçamento.

Um outro elemento que não está devidamente explicado é o risco orçamental. O que é que vai acontecer no futuro? Diz o documento da direção executiva do FAM que as coisas não vão correr bem. E porque é que não vão correr bem? Porque há aqui alguns elementos que permitem uma dívida que vai prevalecer para o futuro. E não há uma explicação clara neste documento porque é que o risco (ou aquilo que foi identificado) pela direção executiva do FAM não se verifica e acreditam que a dívida vai crescer no longo prazo.

Gostaria de fazer mais um comentário. Este mais pessoal porque tem a ver um bocadinho com o meu trabalho. Sabemos que Portugal tem problemas relacionados com a diabetes. Temos crianças que tendem a ser obesas. Não praticamos desporto. E neste documento não temos também uma visão de futuro para poder responder a um problema que é grande em Portugal. Neste documento não há preocupação presentes para responder a um desafio de saúde que é um problema de saúde pública e que tem de ser começado a resolver na base que são os municípios. E eu acredito que é por aí que nós vamos conseguir esta exponencial de crescimento que é a diabetes e a obesidade infantil. E portanto gostaria que houvesse no documento uma preocupação de uma Câmara que, enfim, faria algum progresso em relação a todas as restantes. Obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁰⁸

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰⁰⁹

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata⁰¹⁰

“Boa noite a todos. Rapidamente, sobre os números que nos são presentes (e foi dito pelo senhor Presidente da Câmara) que este não é o orçamento real. É o orçamento inflacionado com o FAM. Temos consciência disso. Temos consciência também que com estes números a nossa Câmara vai passar a ser reconhecida como uma Câmara honrada que paga atempadamente os seus compromissos e naturalmente começara a comprar melhor aquilo que necessita. Quem paga bem compra mais barato. E os preços a que a Câmara comprava nos últimos anos eram preços completamente desajustados dos preços de mercado. E portanto para bem de todos esperamos que já se reflita nas contas do ano de 2016. E que efetivamente se consiga comprar mais pelo mesmo preço ou comprar o mesmo e poupar na despesa que se irá fazer.

Também gostaria de fazer uma referência tal como já foi feito anteriormente, à qualidade do documento apresentado. Não à qualidade técnica do documento, mas sim à qualidade digital na distribuição do documento.

Eu já tinha sugerido à Câmara no passado que tivesse mais atenção à formatação dos documentos e às restrições de consulta. Estes documentos não são digitalizados diretamente sobre o ficheiro original. São digitalizados do documento em papel, são feitas imagens, e portanto tem dois problemas. Perde-se na qualidade do documento e impossibilita a pesquisa que seria muito mais facilitada se o documento tivesse sido distribuído no ficheiro original. É só.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹¹

Vogal Rita Batista (BE)⁰¹²

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹³

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata [014](#)

“Senhor Presidente, Boa noite. Senhor Presidente de Câmara, Vereadores, Caros colegas, público presente. Relativamente ao documento que aqui nos é apresentado eu gostaria de dizer, para além dos comentários que já foram feitos em termos de forma, eu tenho mais uma nota a acrescentar. É que as tabelas estão na vertical. E como sabem consultar no computador tabelas na vertical é difícil. E isso obriga a imprimir o documento e penso que não deve ser essa a prática. Portanto é só uma nota porque para lermos algumas tabelas temos que inclinar o computador o que não dá muito jeito para trabalhar.

Relativamente à parte descritiva diria que ela é um bocadinho dececionante. Porque nós estamos a falar de umas GOPS para o ano de 2016 e se lermos o que está na parte descritiva é muito difícil encontrar algo que distinga o texto do orçamento que veio no ano passado e há dois anos!

Portanto estando a falar de um documento que se destina para o ano de 2016 esperava-se a componente descritiva incidisse sobre esse ano e sobre projetos futuros e não necessariamente replicando aquilo que veio em anos anteriores. Enfim, é uma opção tomada mas diria que para sermos sintéticos na parte descritiva que acompanha os números seria conveniente que assim não fosse.

Mas estas são apenas notas, a primeira de forma e a segunda de alguma substância que penso devem ser corrigidas para o próximo ano. Devemos ter um documento muito mais esclarecedor.

Relativamente ao documento em si, em termos quantitativos, eu diria que também não há nenhuma surpresa. Nós estamos perante um documento que é “FAM ou dependente”. O ano passado já tivemos aqui uma espécie de ensaio de relativamente às Gops que foram aprovadas para 2015, na estrita dependência do FAM e este ano estamos a ter uma situação muito semelhante.

Alguns números que ficam e que são dignos de elencar. Nós temos um Orçamento de 100 milhões, onde 43 milhões são provenientes do FAM!?

Por outro lado temos aqui uma questão que tem vindo aqui a ser apresentada e já debatida, que tem a ver com o seguinte facto. Nós temos uma dependência deste Orçamento que se excluirmos estes 43 milhões estamos a falar de 57 milhões. Destes 57 milhões temos uma dependência muito significativa deste montante suportado por impostos! E esta dependência nada de forma muito significativa sobretudo se atendermos à percentagem de impostos sobre as receitas correntes, que andam acima dos 50 por cento.

Esta é uma discussão que tem de ser tida de uma vez por todas porque a Câmara tem vindo a financiar-se de forma crescente e quase exclusiva ou com um peso demasiadamente significativo através de impostos. E isso é muito visível nomeadamente se atendermos à receita do IMI que mais uma vez sobe.

E a questão que se coloca é: podemos perceber que a Câmara está numa situação ou que se encontra ainda numa situação complexa; podemos perceber que o FAM poderá ser um instrumento que irá corrigir esse processo; podemos perceber que o FAM terá uma duração temporal até que este processo possa ser resolvido. Mas o que não se vislumbra aqui neste documento é aquilo que irá acontecer depois do FAM? E essa questão já aqui foi colocada diversas vezes. Ou seja, não vamos ter aumento de impostos progressivo no tempo, senão estamos a falar de financiamento da Câmara a 100 por cento de financiamento com base em impostos — é saber quais são efetivamente as alternativas, mas não se vê neste documento. Gostaria de ver necessariamente neste documento ou se calhar num documento que poderíamos denominar de plano estratégico. O Senhor

Presidente falou em 2027. Pois com certeza então vamos discutir um plano que seja mais prolongado no tempo e não seja quantitativa e permita perceber quais são as opções alternativas de financiamento sem recorrer a impostos.

Mais duas questões. Partimos do pressuposto que a totalidade que vem do FAM ou quase totalidade é um montante que não serve para diminuir a dívida. Serve apenas para transferir a dívida. Estamos a falar de pagar a dívida existente a fornecedores e pagamento de dívida à banca, para passar para o FAM. Obviamente que o FAM terá melhores condições relativamente à banca porque o juro será mais baixo. Quanto aos fornecedores essa situação não acontece mas é justo que quem prestou serviços à Câmara tenha o direito de receber aquilo que é fruto desse mesmo trabalho.

A minha pergunta é: todo o dinheiro que vem do FAM vai servir na íntegra (e eu fiz essa pergunta na sessão passada), mas é todo ou quase todo o dinheiro do FAM vai servir na íntegra para substituir dívida que a Câmara tem neste momento? Sim ou não.

É que se assim não for a pergunta é: no fim do processo FAM a dívida aumentou ou diminui-o? É que se vamos utilizar financiamento do FAM para pagar despesa corrente ou para pagar algo que aqui está (e julgo que não me enganei) de 20 milhões de investimentos. A minha pergunta é se no fim deste processo a Câmara vai ter uma dívida de médio longo prazo superior ou vai ter uma dívida inferior?

E finalmente gostaria verdadeiramente de perguntar porque estamos perante um Orçamento que é FAM dependente, quando vamos ter definitivamente uma data prevista para começar a receber as tranches do FAM ou se vamos ter orçamentos rectificativos sucessivos ao longo do ano, ou se vamos chegar ao exercício de 2017 com um documento muito semelhante àquele que fizemos de 2015 para 2016? Obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS)⁰¹⁵

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata⁰¹⁶

“Boa noite a todos. Depois do colega que me antecedeu falar de inúmeros assuntos que não tem nada a ver com esta discussão, voltando aqui ao que é interessante para o que nós aqui estamos, eu gostaria de dizer que também considero que o PDM é de facto um documento importantíssimo e um marco das propostas para 2016. E que penso que está muito bem definido como prioridade. E que a partir dele assim existirá um documento estruturante do que se pretende para Aveiro. Ele foi já iniciado, mas penso que de facto 2016 é marcante e importante para o desenvolvimento deste projeto.

Uma das áreas que me pareceu muito bem estruturada em termos estratégicos tem a ver com a habitação e com a sua relação à habitação social. Ao contrário de que também aqui foi dito e do que se perspectiva com relação à utilização de fundos comunitários nesta matéria. Julgo até que com o regulamento do fundo de apoio às famílias e com o regulamento das habitações sociais da autarquia entretanto aprovados, está gizada de facto uma estratégia muito coerente e que a ação social municipal está num caminho excelente. Também me agradou ver os projetos referentes à cultura. Nós obviamente temos um desafio novo que é o Museu de Aveiro, mas não foi esquecido o museu de Requeixo que até agora ninguém conseguiu fazer nada dele não é. Parece-me muito bem a seleção dos ícones do moliceiro, centra nestes ícones tão identitários para Aveiro, moliceiro e Arte Nova, e a ambição referente à capital europeia da cultura.

Também os eventos especiais, a designação parece-me muito feliz e penso que essa matriz identitária, forte, é importantíssima.

No que diz respeito ao Turismo, obviamente não poderia deixar de falar nessa questão, agrade-me particularmente a questão de São Jacinto. O ênfase que é dado a São Jacinto e

a preocupação que é tida como única praia do concelho e uma área importantíssima quer como valores naturais, quer em termos de valores para atração de visitantes. Aparte isto, o que eu posso dizer é que me parece um Orçamento centrado na recuperação financeira. Que não esquece o investimento, que não esquece a preparação de projetos futuros, que é o que realmente importante na conjuntura actual. Mas os aveirenses não se podem esquecer que o fundo de apoio municipal é participado não apenas pelo estado, mas também por outros municípios e conseqüentemente por outros municípios. E que não podemos fugir às responsabilidades que nos competem no âmbito desta recuperação.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰¹⁷

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰¹⁸

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰¹⁹

Presidente da Mesa⁰²⁰

Vogal Marques Pereira (PS)⁰²¹

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰²²

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²³

“Só para deixar em paz a comunicação social e os leitores e ouvintes dos próximos dias, mas não me vou alongar sobre coisas fora da ordem de trabalhos porque acho que não tem sentido nenhum. Mas o Marques Pereira anda, de facto, numa ansiedade particularmente difícil e eu compreendo a vida. Mas só porque a questão pode ter gravidade, fica meio minuto. A demolição que está em curso é uma demolição legal, todos os atos constitutivos do título do direito para que ela aconteça estão absolutamente cumpridos nas duas entidades que o têm que fazer, Direcção Regional de Cultura do Centro e a Câmara Municipal de Aveiro. O que está em curso é um investimento de um vírgula cinco milhões de euros em qualificação urbana, em habitação e comércio, na nossa cidade e que vai criar empregos diretos, indiretos. E vai dar um exemplo daquilo que são muitas operações do género que nós queremos fazer. É uma coisa boa, muito boa o que está a acontecer, salvaguardando todos os valores patrimoniais encontrados e devidamente cadastrados. São estas coisas boas que também vão ajudando a que alguns andem muito nervosos.

Primeira questão, vamos ao Fundo, ao FAM. Vamos lá acabar com este tipo de conversa porque até parece que o FAM é uma coisa má. O FAM é uma coisa boa, aliás é tão boa que chateia tanto a nossa esquerda e a nossa extrema-esquerda. Nós temos que cumprir a lei do país o mais que pudermos e nós nem sequer a podemos cumprir toda, porque estamos impedidos, objetivamente, uma serie delas: limites de endividamento, lei dos compromissos, etc. Mas temos que dar o máximo para cumprir o máximo e acho que nós estamos a cumprir reduzindo esse índice de incumprimento o mais possível. A Lei FAM obrigou-nos a aderir ao FAM e não foi por ação desta Câmara. Quando nós chegámos à Câmara o desequilíbrio entre a nossa dívida total e a nossa receita era de três vírgula seis. A Lei manda que acima de três seja obrigatória ir ao Fundo. E, portanto, nós cumprimos a lei. Mas esta lógica de nós estarmos a coberto do FAM, pela publicação da lei em agosto de dois mil e catorze e pela nossa adesão formal em setembro de dois mil e catorze, é uma coisa boa por três motivos essenciais. Primeiro, emprestaram-nos dez vírgula cinco milhões de euros que recebemos entre outubro de dois mil e catorze e abril de dois mil e quinze, que foram fundamental para segurarmos a nossa tesouraria num período onde não tínhamos possibilidade de assegurar, não tínhamos a possibilidade de pagar as nossas obrigações primárias junto dos nossos funcionários e da banca com

quem temos o nosso serviço de dívida. Alguém é contra que nós tenhamos cumprido as nossas obrigações entre outubro de dois mil e catorze e abril de dois mil e quinze? Alguém é contra? Pressuponho que não mas é bom que saibam ou que se lembre que fizemos isso porque nos emprestaram dez vírgula cinco milhões de euros.

Segundo, livrámo-nos (desde a lei FAM só tivemos duas exceções de dois juizes que decidiram de forma diferente, todos os outros decidiram de forma conforme aos nossos pedidos) do fim das penhoras. A tal chuva das penhoras, expressão que usei aqui uma vez, parou. Relembro aquela semana recorde em que tivemos as nossas contas e a nossa receita penhorada em cinco milhões de euros numa só semana.

A Lei FAM criou-nos uma proteção legal contra as penhoras. Nós não conseguíamos gerir a Câmara, nós não conseguíamos usar a nossa receita para pagar as nossas obrigações primárias se não tivéssemos tido a proteção legal da Lei FAM.

Terceira vantagem. Para que é o FAM? Na sua esmagadora maioria, que não a cem por cento, o FAM é para pagar a dívida. Dívida essa que vergonhosamente muita dela tem mais de quinze anos de idade. Somos a única Câmara do país que tem dívida velha que devia envergonhar toda a gente, nomeadamente o Partido Socialista, que foi quem a criou, quem levou a dívida do nosso município para um valor completamente desconforme à sua sustentabilidade. Por mais que alguns achem piada isto, de facto não tem piada nenhuma.

Porque é dramático que uma Câmara que aguenta valores de dívida na casa dos setenta milhões de euros, com razoabilidade, limite máximo, se tenha despistado para montantes de dívida superiores a três vezes a sua capacidade limite.

A principal ajuda da componente da Assistência Financeira do Fundo não é para nós fazermos nada, é para nós pagarmos a quem nós devemos há muitos anos.

Portanto, caros colegas, estão aqui as três vantagens FAM. Duas que já usámos e usamos todos os dias porque a nossa tesouraria foi ajudada e continua a ser ajudada. É como um calço que se põe e lá está. Outra a cobertura legal para não termos penhoras está legalmente em vigor.

Falta-nos de facto a assistência financeira. E a assistência financeira é de uma importância capital para nós pagarmos a quem devemos. Porque de resto, Francisco Picado, a nossa Câmara nestes dois anos, neste mandato, paga a quem compra.

Por mais que vocês não queiram aceitar, acabou. Já disse isto, façam o favor de dispor. Na nossa Câmara as nossas despesas são pagas. Nós já pagamos a toda a gente dentro dos prazos razoáveis e é tido como prazo limite do razoável os noventa dias.

Portanto, a Câmara já está bem governada, nós já estamos a gerir com mecanismos de sustentabilidade dentro da nossa receita e da nossa despesa, porque agimos na despesa e agimos na receita. Há uma peça que ainda não conseguimos resolver porque não é possível e que é pagarmos um montante de dívida absurdo que esta Câmara acumulou e velho. Nunca esquecer que a nossa dívida não é só grande, é velha. Portanto este é o exercício que temos em mãos e é absolutamente desconforme à realidade dizermos que este Plano é “FAM-dependente” ou não sei do quê. Não tem nada a ver com isso.

Nós temos aqui opções políticas claras. Afetação da nossa receita a opções políticas claras. Somos contra qualificar a Escola Jaime Magalhães Lima, em Esgueira? Somos contra qualificar a vergonhosa Escola de S. Bernardo? Qualificar, não... construir uma nova. Somos contra qualificar a João Afonso de Aveiro? Somos contra qualificar as cinco USF's de Oliveirinha, S. Jacinto, S. Bernardo, Eixo e Aradas? Somos contra a reabilitação do Museu de Aveiro? Somos contra a reabilitação da Capela das Carmelitas? Somos contra a requalificação da Piscina dos Galitos? Somos contra o quê? Somos contra a verba da programação cultural que está para o Teatro Aveirense? É pouca? É muita? Somos contra? Queremos falsear a dimensão financeira de grande

relevância que aqui está para a Área Social? Não vale a pena falsearem porque ela é de facto muito relevante e muito expressiva.

Estamos a preparar-nos para usarmos os instrumentos importantes que o PEDUCA nos trará (porque não os temos) para tratarmos de todos esses problemas das canalizações Rita, dos sessenta fogos que não têm condições para alguém ir para lá viver. Este dinheiro, uma parte dele, do PEDUCA, é para financiar diretamente essas obras de qualificação. De facto, estão montadas as operações porque definimos uma estratégia, negociamos e estamos a concretizar. Infelizmente o PEDUCA, o nosso e de todos, está ainda em fase de avaliação, ainda não se iniciou a fase de negociação formal. Aquilo que era o prazo final de Outubro, já dou para mim fechado no mês de Janeiro de dois mil e dezasseis, e vamos ver se as coisas correm bem para que possamos assinar o nosso contrato de PEDU até lá.

De resto, deixem-me dizer-vos o seguinte, só uma pequena nota. Hoje como Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios, tive a primeira reunião com o novo Governo, com o Sr. Ministro Eduardo Cabrita e com o Sr. Secretário de Estado Carlos Miguel, o Ministro e o Secretário de Estado da tutela das autarquias locais.

Devo dizer que foi uma excelente reunião, obviamente esta foi uma primeira reunião. O Sr. Ministro quis (e agradecemos-lhe isso), que a sua primeira reunião de trabalho depois de legitimado, como está desde ontem, em plenas funções, fosse com a ANMP. Agradecemos-lhe essa atitude. Fomos lá entregar ao Sr. Ministro o dossier. A reunião também não era para decidir coisa nenhuma, foi para introduzir as matérias como é evidente, embora estejamos a falar de duas pessoas que conhecem tudo profundamente, nomeadamente o Sr. Secretário de Estado que foi Presidente da Câmara até meados da semana passada. Portanto, temos uma grande vantagem.

Agora, Rita e Filipe, façam o favor de ligar ao Jerónimo e à Catarina para nos ajudarem porque foi hoje repetido ao Governo, repetido, não, dito ao Governo novo, embora repetido em termos de afirmação e de luta política, que queremos a redução da taxa máxima de IMI de zero cinco para zero quatro. Há soluções? Claro que há soluções. E elas estão por exemplo no Orçamento do Estado. É que agora isto está um bocado mudado. Agora o Partido Socialista que governa e que tem o apoio nessas matérias, o apoio é fundamental, tratam-se de leis da Assembleia da República o Governo sozinho não vai lá, tem que usar a sua coligação completa com o PCP e com o Bloco de Esquerda.

A proposta da ANMP está desde hoje formalmente apresentada ao Sr. Ministro e ao Sr. Secretário de Estado. Estamos já todos a trabalhar. Obviamente o Governo em primeira instância no Orçamento de Estado para dois mil e dezasseis — e que pode tratar, aliás é a única hipótese que temos em termos legais, algumas destas coisas rapidamente.

De resto as alterações do quadro legal, como todos temos consciência, levam muito tempo a alterar. A Lei dos Compromissos; a Lei das Finanças Locais; a lei FAM que seja. Tudo leva muito tempo. Portanto o instrumento que temos para operações rápidas, de curto prazo, é a Lei do Orçamento do Estado, não há outra solução, este é o instrumento. Cabe à nova maioria que governa o país tomar decisões.

De facto temos essa enorme vantagem de termos um caderno de encargos que assentou em março deste ano na ANMP, que se apresentou ao Governo de então, aliás inclusivamente apresentámos ao XX Governo, aquele mini Governo, com o qual tivemos uma reunião com o Sr. Secretário de Estado e lhe foi apresentado o mesmo dossier.

Nós não dominamos a vontade dos outros e a ANMP cumpre o seu papel institucional. Portanto agora acabou a conversa, tendes que exercer a vossa influência política para tratar disto.

Boas notícias para os cidadãos de Aveiro há várias, Rita. Por exemplo, nos transportes um dos objetivos que aqui está é que o défice de operação de dois vírgula dois milhões de euros que os transportes têm tido passa para um milhão, falando em números redondos. É uma excelente notícia porque os nossos concidadãos andam a pagar um défice de dois vírgula dois milhões há dez anos.

O nosso objetivo, que aqui está assumido com explicações dadas, é para reduzirmos esse défice para mantermos um serviço com qualidade, com qualidade adicional, acrescida àquilo que temos hoje. Obviamente a palavra défice está incorreta na sua substância, mas está correta em termos financeiros, mas que tem este objetivo de seguirmos com uma operação financeira mais sustentável.

Quanto às trinta e cinco horas estamos a negociar, já disse isto. Não vale a pena porem-se a dizer coisas que não são verdade. Rita fale com o STAL, fale com o SINTAP. As inúmeras e longas reuniões, para além das trocas de emails, que estamos a fazer permitem estarmos muito próximos de termos esse assunto arrumado para podermos implementar, como é nossa vontade, sempre dita, sempre assumida, as trinta e cinco horas na nossa Câmara Municipal. Nada de novo. O que há de novo é a construção dessa operação. Seguramente que falando com as pessoas envolvidas, eu, com pormenores, nunca falarei disto enquanto as negociações não terminarem e elas ainda não terminaram — perceberá que está para perto o fim e que acabarão bem.

A Aida Tavares e outras pessoas falaram da qualidade. Obviamente que peço desculpa por isso. No dia em que detetaram o problema com um simples SMS, com um email, com um telefonema, partilhavam isso que nós resolveríamos. Nós não temos nenhum gosto de vos ouvir dizer isso especialmente quando é verdade. Mas não esperem pela Assembleia. No dia em que estudaram isso bastava um telefonema, um SMS, um email, e resolviam-se os problemas, até são daqueles que são fáceis. Obviamente peço desculpa por isso.

Mas, as questões que disse, Aida, não têm nada a ver com este documento. Ponham-se a acompanhar, porque já começou o processo de revisão do Plano Director Municipal, aliás o Partido Socialista também falou nisto. O Movimento Independente tem uma autarca no Executivo Municipal, peçam-lhe o dossier, ponham-se a trabalhar.

O Partido Socialista tem três autarcas, peçam-lhes os dossiers e ponham-se a trabalhar a todos.

Os documentos estão a andar, cá virão, estamos à espera da publicação em Diário da República do aviso da abertura do processo para que abra formalmente e para que se possam envolver um conjunto de entidades e órgãos, nomeadamente o órgão Assembleia Municipal, quando essa formalidade estiver cumprida. A minha convicção é que será cumprida durante a próxima semana. Isto em termos de publicação porque o envio para publicação foi logo na semana em que a Câmara Municipal deliberou arrancar com esse processo.

Depois, Aida, há aí uma serie de números que estão errados. As nossas contas estão bem-feitas. Não se esqueça de justapor o Plano e Orçamento ao PAM, para perceber algumas diferenças entre a receita e a despesa. Aliás, chamámos logo a atenção no início. Este documento não pode ser analisado de forma isolada, tem que ser analisado de uma forma global.

Em relação à maior parte daquilo que disse a resposta é inversa, é positiva — e as explicações estão aqui e no Programa de Ajustamento Municipal. Estão todas bem-feitas e cumprindo a lei ao nível do equilíbrio e das várias relações que a lei tem.

Sr. Dr. Jorge Nascimento, não percebi a questão dos quinze milhões. Fiquei com dívidas, sinceramente, se era para aumentar ou para diminuir. Deixe-me arriscar. Se a lógica é reduzir esse montante na sua percentagem com a despesa total nós estamos nesse caminho com a redução do número de funcionários e com o aumento da nossa receita.

Esse é o nosso caminho que, obviamente, não se faz de forma abrupta. Em dois anos saíram 100 funcionários da Câmara Municipal, por múltiplos fatores, e que é um contributo positivo que não se vê bem, em termos financeiros, porque tivemos o primeiro ano da reposição dos salários. Isso encobre uma parte, uma boa parte, da redução que conseguimos na gestão.

Quanto às Juntas de Freguesia deixar isto claro. Estão aqui oitocentos e quarenta mil euros para protocolar delegações de competências. Depois está aí a dívida para se pagar, como é evidente. Está aí tudo. O nosso pressuposto é termos a cobertura legal que também nos vai dar a aprovação do Fundo para o mais rápido que seja possível, seguirmos com as delegações de competências porque entendemos necessária à elevação da prestação de serviços aos nossos concidadãos. Esse é um objetivo que está claramente assumido.

O Ernesto Barros falou do Orçamento empolado ou inflacionado. Não. Cuidado com algumas palavras. Não. O que está aqui a mais, o tal valor que permite usar essas palavras, eu só chamo a atenção para usarmos palavras mais adequadas à realidade, é o montante que receberemos do Fundo para pagarmos as nossas dívidas.

Quando se fala em empolar, por exemplo essa palavra, dá a ideia que podemos, como antigamente se fazia, pôr uns números no papel que nunca aconteciam, nomeadamente nos valores dos terrenos. Todos nós púnhamos lá uns valores que não tinham nada a ver com a realidade, para segurar a despesa. Aqui, estão opções absolutamente objetivas na relação da receita com a despesa.

O Francisco Picado levantou uma questão relacionada com o que eu já disse. É importante olhar para este documento de uma forma global do planeamento financeiro a vinte anos — o PAM que aprovámos nesta Assembleia Municipal. As opções estão lá, estão lá todas as opções.

Aquela sua nota de que dependemos muito dos impostos não é uma verdade do município de Aveiro. É uma verdade dos municípios do país que não dependem do orçamento do estado, cujo dinheiro também vem dos impostos dos cidadãos. Nós temos, mais ou menos, dois terços dos municípios portugueses que dependem do Orçamento do Estado. A maior parte da sua receita, mais de sessenta por cento da sua receita, vem do Orçamento do Estado, são os impostos por via indireta e o outro terço depende na sua esmagadora maioria de impostos diretos que vêm diretamente dos cidadãos e a percentagem do Orçamento do Estado é muito reduzida, em regra de trinta por cento para baixo. Esta é uma realidade.

Já começámos a discutir hoje mesmo com o Governo novo, a alteração à lei das Finanças Locais para resolvermos esta situação — e que há muitos anos que entendemos que ela não é adequada. Mas é a que temos para gerir agora. É por isso que a questão das alternativas que o Prof. Henrique Diz aqui nos trouxe é muito pertinente, mas é também velha, porque há dois anos que andamos a perguntar por propostas.

Estamos disponíveis para aceitar propostas, estamos disponíveis Filipe para que nos diga onde é que estão mais investidores para comprarem o nosso património. Nós trabalhamos nisso todos os dias. Mas isto não é estalar o dedo e aqui estão os investidores a comprar-nos tudo. Isso não existe, não existe mesmo. E vocês são a prova de que isso não existe. Tantas vezes que falámos sobre isto a propósito de algumas intervenções do Dr. Jorge Nascimento. Eu não acredito que, se algum de vocês pudesse ajudar o nosso município, trazendo aqui seja lá quem for para nos ajudar com dinheiro, eu não acredito que vocês não trouxessem. Há um problema... é que vocês não os têm. Eu não acredito que se vocês tivessem um Árabe que quisesse comprar o nosso Estádio por sessenta milhões, um Chinês que quisesse comprar a Quinta da Pinheira por dois milhões, etc., eu não acredito que vocês não fizessem um telefonema, um contacto, a

dizer Presidente, receba aqui esta malta. A única questão é que, de facto, não tendes. Isto para deixar claro que este é o bom caminho. Primeiro porque é o caminho possível. O caminho impossível nunca é bom, o caminho impossível é sempre o caminho de quem se despista, mais curva, menos curva. A primeira bondade do caminho que aqui propomos é que é um caminho possível de percorrer. Aliás, esta primeira parte do debate tem sido clara. Ninguém levantou questões a dizer que por aqui não é possível.

Está provado, por aqui é possível. Há alternativa? Vamos lá embora melhorar alguns aspetos, mas no global é o que é.

Julgo que o cenário que temos hoje em cima da nossa mesa com esta nossa proposta tem esta boa condição. O Marques Pereira exerceu aquela hipótese da nossa candidatura a Capital Europeia da Cultura de dois mil e vinte e sete ser para fazer um bonito!? Enfim, chame-lhe Afonso, mas olhe que eu acho que a credibilidade de Aveiro é igual à de Faro que é uma câmara social-democrata ou é igual à de Leiria que é uma câmara socialista. E são dois municípios que nós respeitamos imenso e com quem temos as melhores relações e que estão na mesma disputa que nós, com seriedade, com lealdade, à sua terra, à sua causa e à sua cultura.

Nós estamos numa atitude séria porque achamos que o nosso município tem valores muito relevantes. Que o tal trabalho de capacitação que está escrito e explicado na proposta, na introdução, é da maior importância; que a operação de marketing que se faz numa operação destas é monumental. Ganhar é extraordinário e nós vamos fazer uma candidatura para ganhar, não é só para ficarmos com essas coisas boas.

Nós queremos ficar com essas coisas boas e lutamos para ganhar usando a nossa rede. Eu sou membro do Comité das Regiões, os meus colegas de Leiria e de Faro não o são, por exemplo.

Portanto, vamos usar a nossa rede, o nosso trabalho, para fazermos bem este processo, lutando por ganhar. Esta é uma atitude absolutamente clara e cristalina.

O TUGAFEST não está cá, mas também não estava em dois mil e quinze porque a Câmara nunca teve intenção de financiar o TUGAFEST. Nós não financiamos operações desta natureza privada.

Portanto não há mudança nenhuma a esse nível. O plano para dois mil e dezasseis não tem TUGAFEST como o de dois mil e quinze não tinha TUGAFEST. Tem o Festival das Dunas que é uma aposta nova, tem o Festival dos Canais, que não é uma aposta nova porque entendemos não começar sem termos o PAM aprovado — e que é para concretizar.

Tem várias apostas importantes para o nosso crescimento cultural, para o nosso crescimento de notoriedade que atraia turistas e continuarmos no caminho que temos vindo a percorrer, bem, nomeadamente este ano.

Amanhã vamos ter uma grande notícia na área do turismo. Talvez a notícia mais importante dos últimos dois anos. Vai sair amanhã a meio da tarde. Portanto, estamos a trabalhar muito e este documento é uma ferramenta da maior importância para seguirmos neste caminho de crescimento, de qualidade, de futuro, sabendo que este caminho de construção e futuro tem que tratar também do passado.

Nós temos aqui uma estratégia para tratar desse passado. Nós entendemos que esta é uma solução positiva, que esta é uma estratégia positiva que está encerrada nesta proposta do Plano e Orçamento para seguirmos neste caminho que tem notas muito positivas nestes dois anos, mas, obviamente, também tem muito para crescer.

Sr. Presidente Fernando Marques. A Ribeira de Vilar como tantas outras que temos para manter e cuidar, não tem expressão visível no Plano. Mas está dentro das rubricas de aquisições de bens e serviços. Rita, a maior parte das coisas que nós compramos, seja para as máquinas de cortar relva, seja para um empreiteiro fazer uma empreitada, ficam

ali na rúbrica aquisições de bens e serviços. É no fundo uma das que em regra tem a rúbrica de maior dimensão naquilo que é a despesa que se afeta a uma rúbrica e que, em regra, quer dizer coisas boas. Quer dizer cumprir serviços públicos essenciais aos cidadãos, quer dizer investimento para dar qualidade.

Ainda há pouco estava-me a lembrar que uma das nossas estratégias é aumentar muito a nossa produtividade. Por exemplo, não sei se repararam, nesta semana a nossa eficiência a cortar a relva dos espaços verdes aumentou brutalmente. Porquê? Porque já temos a nossa primeira máquina nova e que já está em operação. E tivemos que fazer dois concursos porque no primeiro ninguém acreditava em nós e ninguém nos quis vender a máquina. Uma máquina que custa vinte mil euros, não estamos a falar de uma coisinha, estamos a falar de uma máquina de grande débito, de grande capacidade.

Ao segundo concurso já vieram, já comprámos e está em operação. Uma das soluções é aumentar muito a eficiência. E o que é a eficiência? É a quantidade de trabalho que produzimos por unidade de tempo. Estas são apostas centrais, como a pavimentadora que entrou em funcionamento há três semanas. Para quê? Para aumentarmos a eficiência, a nossa produtividade por unidade de tempo na pavimentação de pequenos troços que vai tendo uma qualidade crescente. Muito obrigado Senhor Presidente.”

(Entretanto saiu da sala o Presidente da Mesa, António do Pranto Nogueira Leite)

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰²⁴

Vogal Rita Batista (BE)⁰²⁵

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁶

“Senhor Presidente, eu espero não ter cometido nenhum sacrilégio quando disse que o Orçamento é FAM-dependente. O Senhor Presidente acabou de repetir isso três vezes. Disse que não podíamos ler o documento sem o outro. E quando temos um Orçamento de 100 milhões com 50 milhões (grosso modo) a previr do FAM! Obviamente que não estou a atribuir nenhuma, que não seja essa mesma, de interpretar que o financiamento vem todo do FAM.

E que o aumento de IMI também deriva daquilo que o FAM obriga. Também não me ouviu dizer que a situação é fácil e ou que haveria outra solução para além desta.

A questão que lhe coloco reiteradamente é o que vai acontecer a seguir? Ou seja, o FAM tem um período de vigência, nós temos aqui um conjunto de empréstimos que vem substituir a dívida. É bem que não haja nenhum equívoco sobre isto.

Nós não vamos pagar a dívida. Nós vamos substituir os nossos credores. E que isso fique absolutamente claro.

Nós temos aqui uma situação de aumento de impostos que, do meu ponto de vista e admitindo que não haverá outra situação, deverá ser pontual. E a minha pergunta é o que é que está aqui no documento que possamos aferir para perceber o que é que vai acontecer a seguir? E isso é uma questão que lhe tenho colocado várias vezes.

Eu admito que não me tenha respondido a algumas questões, eu não as vou repetir, mas relativamente à questão das sugestões eu também acho que nós nos devemos entender.

“A quem é que cabe o quê”. Não é por acaso que nós estamos sentados aqui nas bancadas e o Senhor Presidente está aí no executivo. Portanto se me pede sugestões, eu também me acho no direito de pedir sugestões ao Senhor Presidente da Câmara. Embora não tenha contribuído para a sua eleição, como entende, acho que é um direito que se nos assiste como cidadãos aveirenses e em particular como membros da Assembleia Municipal.

E deixe-me que também lhe expresse o seguinte. Nos últimos quatro anos em que eu aqui estive no mandato anterior não houve nenhuma falta de sugestão. Antes pelo contrário. Houve muitas sugestões, houve muita conversa, mas nenhuma foi aceite. Não digo que a coisa se repita exatamente nesse cenário, mas como percebe há aqui um enquadramento próprio dos lugares que cada um de nós aqui ocupa. E portanto nós temos expectativas e que não estamos necessariamente a ver como as melhores.

Depois, o Senhor Presidente diz que recebeu 10 milhões entre setembro e abril de 2015. Já na última assembleia, embora aceite que não o tenha feito da melhor forma, mas voltei a fazê-lo nesta, eu perguntei o seguinte: “onde é que vai ser aplicado o dinheiro do FAM?”

Já disse que não é inteiramente para substituir dívida. Portanto há uma componente de dinheiro do FAM que não é para substituir dívida.

Eu explico-lhe porque é que faço esta pergunta. É que há um documento que nos foi enviado que diz o seguinte: documento do Revisor Oficial de Contas «Disponibilidades a 31/12/2014 – Depósitos à Ordem – 8.871.000€ (oito milhões oitocentos e setenta e um mil euros). Disponibilidades a 30/06/2015 – Depósitos à Ordem – 10.425.000€ (dez milhões quatrocentos e vinte e cinco mil euros).

A minha pergunta é: se isto era de urgência como é que está em Depósitos à Ordem? É por isso que a minha pergunta é clara. Para onde é que vai o dinheiro do FAM?”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[027](#)

“Francisco Picado. O PAM vai reduzir a dívida, como V. Exa. sabe. É só ir buscar o processo e verificar que um dos objetivos é a reestruturação financeira, aliás que a lei chama de recuperação financeira. E o que é que quer dizer a recuperação financeira? Em primeiro lugar tem a ver com o trazer uma dívida, que está fora do limite legal do um vírgula cinco da relação da dívida com a receita, para dentro desse limite. Esse é o grande objetivo que nós atingiremos, provisionalmente, em dois mil e vinte e três. Portanto, o programa é para isto. O primeiro objetivo do programa, em termos financeiros, é exatamente este, pôr a dívida na ordem. A palavra que usou de substituição de dívida é verdade mas tem que ser acompanhada, em simultâneo, com a outra que é redução, porque nós nem sequer carência temos no PAM. Aliás, isto está tão atrasado que nós já pagámos para o Fundo e ainda não recebemos, embora como já recebemos o ATU acomodamos a nossa vida. Esta é a realidade e V. Exa. não terá dúvidas sobre isso. Como é professor e sabe destas coisas de outra natureza deixo para a sua competência técnica e para alguma conversa em privado o perceber bem todo este exercício, perceber bem porque é que ainda não temos visto do Tribunal de Contas porque esta é uma operação que tem um conjunto de complexidades. Quando o Sr. Professor tirar um bocadinho do seu tempo, vier passar uma boa de uma tarde comigo para trabalharmos o dossier, o Sr. Professor vai perceber. Traga também o Marques Pereira porque ele agora anda muito excitado, pode ser que se acalme com uma tardezinha a trabalhar em finanças. A questão aqui é de nos ouvirmos com calma. Marques Pereira, você era um homem tão calmo e agora nas últimas quatro ou cinco assembleias é demais. Você não era assim. E deixe-me especular que foi o resultado eleitoral, mas isso sou eu a especular. Peço desculpa por esta divagação.

Sr. Professor Francisco Picado, tenha esta disponibilidade e este interesse porque você é um homem que sabe disto. Que sabe e é uma pessoa séria. É evidente que depois quando temos que fazer alguns favores ao nosso partido dizem-se assim umas coisas. Agora, nós estamos a gerir bem. O sofrimento que estamos a ter para ter o visto ao programa que ainda nenhuma câmara tem só nos diz que nós precisamos da almofada. Precisamos

mesmo mas não é para acomodar a cabecinha, é para termos a garantia que vamos cumprir as nossas obrigações primárias, aconteça o que acontecer. Nós somos arrojados e arriscados, mas fazemos o arrojo e o risco com os pés bem assentes na terra, sempre a olhar para aquilo que pode ser o pior cenário dos vários cenários que estão à nossa frente. Eventualmente terá esgotado as propostas, no tempo em que aqui estive, cansou-se de tanta proposta. Mas não se canse, participe, ponha duas ou três, tenha a certeza absoluta de que as vamos ouvir com todo o gosto, que as vamos comentar consigo, não se iniba, em público ou em privado, como quiser. Não se considere esgotado só porque as suas propostas, no passado, foram muitas e não foram ouvidas. Arranje mais algumas, garanto a audição e, obviamente, se tiverem acolhimento pois com certeza, estamos aqui para nos ajudarmos uns aos outros. O objetivo é o mesmo que é resolvermos o grave problema que temos, aproveitarmos as oportunidades que temos, elevar a qualidade de vida dos nossos cidadãos, trabalhar numa lógica de crescimento a todos os níveis daquilo que somos como sociedade, daquilo que somos como comunidade.

E aí, é bom que o Bloco de Esquerda e o PCP não se esqueçam que temos seis mil famílias que nestes dois anos reduziram a sua factura fiscal. Seis mil famílias que não pagam IMI e que já não pagam taxa de Protecção Civil, vão ter uma redução de quinze por cento nos resíduos sólidos urbanos e têm hoje um fundo de apoio às famílias que estamos a usar para os casos que são necessários. Isto é o que já temos hoje. Seis mil famílias é muita gente. Em regra, é nesta gente que estão aqueles que têm menor condição de rendimento e que mais precisam do nosso acto solidário. E para esses esta Câmara e estes dois anos de mandato trouxe redução da factura fiscal, como a gente lhe costuma chamar. É pouco? Olhem, para essa gente uma pequena redução é uma grande notícia. E vocês por mais que queiram fazer passar que é tudo aumento de impostos, não é verdade. Falem com essas seis mil famílias que já estamos a ajudar.

Julgo que o debate deixou claro que temos uma boa proposta que merece ser aprovada.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação⁰²⁸ o Ponto 2. – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento CMA 2016, sendo o mesmo aprovado, com vinte votos favor (PSD13+CDS6+IND1) cinco abstenções (PS2+IND3) e dez votos a contra (PS8+BE1+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰²⁹

“O PCP deixa como declaração de voto a sua primeira intervenção neste ponto.”

Vogal Rita Batista (BE):⁰³⁰

“O Bloco de Esquerda votou contra este Orçamento porque este é um orçamento que não serve a população e o município. É o orçamento da austeridade massiva. Imposto no máximo para os aveirenses para menos serviços públicos, menos transportes, menos ação social.

Este é o orçamento retrato da direita PSD/CDS. É o orçamento fruto de uma péssima opção política de Ribau Esteves e da direita que o suporta nesta assembleia. Essa péssima opção política chama-se FAM e o seu resultado está à vista. O FAM não foi criado para vir resolver o problema da dívida, mas sim para suprir os cortes feitos pelo Orçamento de Estado orquestrados pela maioria PSD/CDS no governo na altura.

É este o retrato da direita. Retirar-se de responsabilidades sobre as autarquias e por nas costas dos munícipes o peso da responsabilidade da dívida. Criaram, e em Aveiro pediram, para que se aplicasse um FAM. Instrumento que apenas permitiu que se retirasse responsabilidade de Estado e com um aumento de impostos municipais brutal.

Em dois anos há mais de 2,5 milhões de euros só no aumento de impostos diretos na autarquia. O IMI é desmesuradamente elevado. Sabendo que este imposto é mais um garrote para as famílias aveirenses, não houve mãos a medir para o aumento de impostos por parte deste executivo.

Vemos um executivo que se demite das suas responsabilidades sociais, corta na ação social, não dá resposta na necessidade de reabilitação, e que não resolve o problema de infraestruturas degradadas. Recusamos este caminho onde as escolhas da direita determinam em ir ao bolso dos aveirenses. Aumento brutal de imposto por menos serviços públicos ao dispor da população.

Recusamos este caminho e tudo faremos para o inverter. Não existem inevitabilidades e o Bloco de Esquerda não faltará aos compromissos assumidos com os aveirenses de lutar por melhores condições de vida, mas serviços públicos e por viver em Aveiro com mais dignidade.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA):⁰³¹

“Abstivemo-nos porque não concordado em absoluto com o enorme aumento da carga fiscal que o Orçamento impõe aos munícipes aveirenses, entendemos que esse aumento já vem na decorrência de atos anteriormente assumidos (não com o nosso contributo sublinho), mas que neste orçamento tem o seu reflexo. Muito obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS):⁰³²

“A bancada do CDS/PP votou a favor porque este é o orçamento certo no momento certo. Porque os aveirenses não querem estar um ano à espera para ter um buraco tapado, um passeio arranjado ou anos à espera de alcatrão ou simples manutenção de jardins. É o Orçamento certo porque as empresas que faliram, que geriram com dificuldade o incumprimento do município não podem continuar a olhar para a autarquia com desconfiança, mas como alguém que paga o que compra. É o Orçamento certo porque os Bombeiros, IPSS, Associações, não podem gerir, não podem planear sem que a Câmara assuma os seus compromissos.

Este é o Orçamento certo porque as Juntas deixaram de estar anos à espera do dinheiro da Delegação de Competências – porque até aqui a Delegação de Competências só deu obrigações e não financiamento.

Este é o Orçamento certo porque os cidadãos sabem que a Câmara assume as suas responsabilidades e essas responsabilidades refletem-se no dia-a-dia dos cidadãos.”

Ponto 3. – Apreciação e votação da proposta de Atualização das taxas – RUMA e RMTOR;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública realizada em 30/10/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa em exercício⁰³⁴ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁵

“É um simples preceito normativo, nada de mais.”

(Reentrou na sala o Presidente da Mesa, António do Pranto Nogueira Leite)

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰³⁶

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰³⁷

Vogal Paulo Fontes (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁸

“Muito o brigado Senhor Presidente. Consultando a documentação vê-se que o PS aprovou esta alteração porque ela é procedimental.

Mas eu gostava de aproveitar este ponto para dizer que adquiri recentemente na beira-mar e portanto a minha relação com a Câmara por motivo de algumas obras entrou num novo nível. E portanto esta é uma experiência pessoal e gostava de aproveitar aqui porque fico com a sensação que aqui é o único sítio em que consigo falar consigo que não me custe dinheiro.

No sentido de que necessitei de solicitar à Câmara uma declaração no sentido de confirmar o número de polícia da minha habitação porque a informação que estava nas finanças estava errada, até porque deveria ser uma articulação direta entre a Câmara e as finanças e portanto falhou e eu tive de pagar 20 euros para que me emitissem essa declaração. Declaração da qual aguardo há um mês e uma semana para que me seja enviada. Portanto o Senhor Presidente falava em aumentar a produtividade, poderia ser interessante os consumidores dos serviços da Câmara em terem uma noção dos prazos de resposta e portanto saberem o destino do dinheiro que estão a pagar na taxa tem por parte da Câmara.

Uma segunda experiência também, que poderia ser melhor, é no sentido de que eu enquanto proprietário precisei de fazer algumas obras de restauração de uma varanda e portanto consultando os regulamentos vi que se tinha de ocupar o domínio público, portanto o passeio, tenho de pedir autorização à Câmara. E reparo que o regulamento não permite o fracionamento. Ou seja quando foi pagar, paguei por cada metro quadrado do pretendo andaime que tenho que utilizar, paguei os 20 euros para pedir e agora tenho de pagar a licença. Mas o regulamento não permite o fracionamento. Ou seja uma coisa que eu estimo que vou demorar seis horas paguei como se lá tivesse o andaime um mês. E neste tipo de obras que até em algumas Câmaras tem isenções, em segundo lugar poderia ser antevisto este fracionamento, porque se não está a ser estimulado, porque se eu estou a pagar será que fico no direito de ficar sem necessitar do andaime montado na via pública durante um mês, e não deveria ser assim. Devia ser estimulada uma utilização mais rápida. Isto deveria ser colocado numa posterior revisão, que para determinado tipo de obras ou para estas obras particulares pudesse haver outro tipo de taxamento.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁹

“Quis falar tão pouco que não fui claro no que disse. Isto não é uma obrigação legal no sentido que a lei nos mande fazer isto. Há um enquadramento legal para nós fazermos isto. Peço desculpa se o que eu disse deu nota de uma ideia diferente.

Há aqui uma questão de princípio que é o princípio da correção financeira. É uma questão de princípio. Desta vez é muito pequenina, é quase zero. Ninguém vai perceber

nada disto, às vezes num pagamento de quinze vírgula zero quatro euros nós damos muita importância ao zero quatro por ser anormal e pouco ao quinze. Isto é zero. O que é importante é o princípio, passamos a aplicar este princípio. Isto não é aumentar taxa, isto é impedir que ela baixe no seu valor substantivo por força da inflação. Portanto é só isto que está em causa, não vale a pena vocês estarem a dizer que é mais um aumento. Não há aumento de nada. Isto é correção financeira porque por força da inflação os valores vão-se reduzindo. Este índice existe para que não haja essa perda que surge pelas dinâmicas da economia nacional e internacional. Portanto é só isto que está objetivamente em causa, e apenas isto.

Paulo Fontes, tenho todo o gosto em tratar das suas coisas pessoalmente. Não me parece de bom-tom vir para aqui tratar de coisas pessoais. Tem o meu email, se não tem arranja-se rapidamente, o meu email é óbvio, o meu telemóvel só não tem quem não quer, disponha. Agora, vir para aqui, para a Assembleia Municipal, tratar de questões pessoais eu nunca tinha visto. Vi hoje. Andamos sempre a aprender. Terei o maior gosto em tratar de todas as suas questões, eu, a Sra. Vereadora que também o ouviu com toda a atenção. Mas vir para aqui tratar de questões pessoais é que não me parece avisado.”

(Saiu definitivamente da sala o Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroiteia. Foi substituído na Mesa pela Vogal Mónica Filipa Cristovão Gomes, na qualidade de Segunda Secretário.)

Membros da Assembleia

Vogal Paulo Fontes (PS) — Nos termos do artigo 35.º do Regimento:⁰⁴⁰

“Eu senti a minha honra atingida porque efetivamente o Senhor Presidente não percebeu a natureza da minha intervenção. A minha intervenção não vem aqui com o objetivo específica de resolver um problema porque é um não problema. Ou seja, eu vim aqui tentar dar-lhe a perspectiva de um utilizador habitual dos serviços da Câmara. E a mensagem que eu lhe quis transmitir foi em primeiro lugar que seria interessante quando está a exigir a um município o pagamento de uma taxa, que lhe pudesse ser fornecido na mesma hora a perspectiva de tempo de resposta.

Eu fiz um pedido como qualquer município podia ter feito e achei interessante, porque é uma questão de gestão de expectativas. Se me dissesse, estes pedidos, por limitações da Câmara, demoram três meses e portanto eu ficaria com a minha expectativa mediada e gerida. A minha intervenção foi a de dar um contributo. Não foi de resolver um problema. Porque não é um problema. Eu não tenho nenhum problema e aguardo o tempo que for necessário. E peço desculpa por estar a usar a exemplificação com base na minha experiência pessoal, outras pessoas terão outros suportes de experiências. Eu tenho esta e entendo a minha participação desta forma.

Foi também de lhe dizer, porque tenho conhecimento em outras Câmaras que tem um tratamento diferente para pequenas obras de intervenção. E quando estamos a falar de zonas com valor histórico eu acho interessante. E portanto eu acho que é uma ineficiência estar a exigir o pagamento de uma taxa que tem implícito a utilização da via pública durante um mês quando se calhar o particular só precisa de estar lá um dia. E portanto um particular que não pensa nesse interesse público pode dizer, eu monto aqui i andaime e deixo-o aqui um mês porque eu paguei e estou nesse direito. Eu não concordo com esta perspectiva. Eu acho que a Câmara pode promover outra perspectiva e uma das formas de o promover é mediante este regulamento de taxas, dizendo que para pequenas obras permite o fracionamento destas taxas. Coisa que já aconteceu em regulamentos anteriores.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴¹

“Paulo Fontes, obrigado por ter ajudado toda a gente a entender que eu não desonrei V. Exa. Obrigado. Honro toda a gente, tenho mais que fazer do que agora andar a desonrar os meus colegas autarcas. Isso é uma questão que comigo não existe. Tive que lhe responder como respondi até porque a sua intervenção, vou reavivar-lhe a memória, teve duas frases iniciais de introdução. Uma interessante mas irrelevante que é «o PS votou a favor disto na Câmara». E a segunda é muito interessante e relevante e que foi: «é o único sítio onde eu posso falar consigo». Esta mania do Partido Socialista de que o Presidente da Câmara não está ao dispor e não se consegue falar com ele, é preciso trazer questões pessoais para a Assembleia Municipal, não é verdade. Até porque o Sr. nunca tentou falar comigo, nem sobre este assunto, nem sobre algum assunto, nem de audiência, nem de telefonema, nem de email, nem de nada. Portanto, o que foi politicamente relevante na sua intervenção, porque as outras coisas vamos tratar, vamos ver tudo, foi essa frase. O Sr. é uma vítima minha, não consegue falar comigo, eu não lhe respondo aos emails, nem atendo o telefone, nem nada, se me para no passeio eu recuso-me a falar consigo, sou um tipo inacessível, e, portanto, vem falar comigo aqui. Portanto, Paulo, é só isto. Está ao dispor. Eu, a Sra. Vereadora que trata dessas matérias, estamos ao dispor de todos os nossos municípios, especialmente daqueles como o Sr. que até têm propostas para melhorarmos as coisas. Mas não venha para a Assembleia dizer que fala aqui porque não consegue falar comigo noutra sítio. Isso é que não porque não é verdade porque nem sequer o tentou. E isto é que é importante que toda a gente saiba: o município Paulo Fontes não tentou falar comigo em momento algum que não a sua intervenção de incidência político-partidária na Assembleia Municipal.»

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴² Ponto 3. – Apreciação e votação da proposta de Atualização das taxas – RUMA e RMTOR, sendo o mesmo aprovado, com vinte votos a favor (PSD13+CDS6+IND1) treze abstenções (PS10+IND3) e dois votos a contra (BE1+PCP1).

Seguiu-se a declaração de voto da vogal:

Vogal Rita Batista (BE):⁰⁴³

“Senhor Presidente, o sentido de voto do Bloco de Esquerda prende-se com o princípio que está na base destes regulamentos e não na questão da atualização da taxa em si que foi trazido aqui hoje.”

Ponto 4. – Designação de um cidadão referido na alínea l) do artigo 17.º da Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, para a Comissão Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, no seguimento da renúncia do anterior titular – votação.

O Presidente da Mesa deu conhecimento ao Plenário da proposta⁰⁴⁴ apresentada na Mesa, como sendo lista única, com o nome da cidadã Maria da Luz Nolasco Cardoso, representante da Assembleia Municipal para a Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovem em Perigo do Município de Aveiro.

Continuando, anunciou o modo e a forma de se proceder à eleição por escrutínio secreto. Feita a distribuição por todos os Vogais da Assembleia, dos boletins de voto adequados para o efeito, deu-se início à chamada nominal.

Concluído o processo de apuramento pela Mesa, verificaram-se os seguintes resultados⁰⁴⁵:

Deram entrada na urna 35 votos:

Votos a favor: 22 (vinte dois).

Votos em branco: 7 (sete).

Votos contra: 5 (cinco).

Votos nulos: 1 (um).

O Presidente da Mesa declarou como representante da Assembleia Municipal, para a Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovem em Perigo do Município de Aveiro, Maria da Luz Nolasco Cardoso.

Ponto 5. – Designação de um cidadão referido na alínea W) do artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança do Município de Aveiro, no seguimento da renúncia do anterior titular – votação;

O Presidente da Mesa deu conhecimento ao Plenário da proposta⁰⁴⁶ apresentada na Mesa, como sendo lista única, com o nome do cidadão Jorge Manuel do Nascimento, como representante da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal de Segurança do Município de Aveiro.

Continuando, anunciou o modo e a forma de se proceder à eleição por escrutínio secreto. Feita a distribuição por todos os Vogais da Assembleia, dos boletins de voto adequados para o efeito, deu-se início à chamada nominal.

Concluído o processo de apuramento pela Mesa, verificaram-se os seguintes resultados⁰⁴⁷:

Deram entrada na urna 35 votos:

Votos a favor: 18 (dezoito).

Votos em branco: 6 (seis).

Votos contra: 10 (dez).

Votos nulos: 1 (um).

O Presidente da Mesa declarou como representante da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal de Segurança do Município de Aveiro, Jorge Manuel do Nascimento.

Ponto 6. – Apreciação e votação de proposta recomendação – Implementação Orçamento Participativo.

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁴⁸ deu a palavra ao proponente da Proposta de Recomendação (Partido Bloco de Esquerda) para apresentação do documento em epígrafe.

Vogal Rita Batista (BE):⁰⁴⁹

“Antes de começar a minha intervenção gostava de fazer uma interpelação à mesa precisamente pelo que acabou de dizer. Todas as propostas que são enviadas a esta Assembleia Municipal merecem a mesma seriedade e a mesma atenção. Se abrir a nossa proposta de recomendação verá que a mesma é implementação do orçamento participativo em Aveiro – instituição de regras democráticas participativas no seu regulamento. Não corresponde ao que está na ordem de trabalhos. Por isso fica aqui o pedido do Bloco de esquerda para que essa situação seja corrigida.

Em relação a esta proposta devo começar por dizer que é um facto que inédito, nunca antes visto, o senhor Presidente Ribau Esteves enviou uma carta a todos e a todas as deputados ainda antes desta Assembleia a discutir o ponto aqui trazido pelo Bloco de Esquerda. É inédito. Até porque muitas vezes o Senhor Presidente nem sequer tem um comentário a fazer às propostas de recomendação que aqui tem sido presentes e portanto só podemos deduzir que o Senhor Presidente está ansioso por discutir a nossa proposta. Portanto vamos a isso.

O Orçamento Participativo o Bloco de Esquerda enviou a todos os deputados um parecer jurídico no qual afirmamos que o orçamento participativo de facto está em vigor em Aveiro. Nas grandes opções do plano de 2015 o Senhor Presidente, este executivo apresenta como intenção política a suspensão do orçamento participativo, mas como vem nesse parecer não aparece no articulado e logo não tem validade. O orçamento participativo está em vigor. Mesmo que considerasse para esse ano, apresentado pelo executivo, não teria validade para o ano seguinte. Ou seja não aparece nas GOPS para 2016, portanto o orçamento participativo continua em vigor.

Quanto ao orçamento participativo em si. Nós defendemos que é uma questão de vontade política. É uma questão de capacidade de execução. É possível fazê-lo, há exemplos quer a nível nacional quer a nível internacional com adesão crescente a cada ano que um orçamento participativo é executado, com maior participação cidadã. E no fim ganha a democracia e devemos promover este tipo de iniciativas.

O PSD/CDS quando o implementaram fracassaram. Provavelmente um dos entraves foi o regulamento que foi aprovado nesta Assembleia em 2011, salvo erro, e que no nosso entender deve ser revisto. Se se promover um regulamento mais aberto, mais participativo, democrático, o resultado final será diferente do que houve no anterior executivo. Também defendemos que deve haver um orçamento participativo em Aveiro. É o que estamos aqui a votar. É uma decisão política e da parte do Bloco de Esquerda acreditamos que deve haver este orçamento. Somos coerentes desde a nossa primeira proposta em 2007, não mudámos de opinião e fomos pioneiros nesta matéria.

O orçamento participativo permite maior envolvimento da comunidade, mais participação, ainda mais numa altura em que os constrangimentos para os municípios são tantos seria importante que eles tivessem uma palavra a dizer sobre alguma coisa deste orçamento de forma direta. Por isso convido todas e todos deputados a votar favoravelmente a nossa proposta.”

Presidente da Mesa⁰⁵⁰

“Antes de continuar eu quero esclarecer o seguinte. Eu acho de uma mau gosto atroz e de uma injustiça absoluta a Senhora deputada considerar que esta Mesa trata as propostas do Bloco de Esquerda de uma forma diferente do que trata as anteriores. Porque todos, sem exceção, todos os requerimentos, todos os pedidos, todos os papéis que chegam a esta Mesa são imediatamente despachados. Ainda hoje chegou um A4 a que os Senhores pomposamente chamam “parecer jurídico” e eu ato contínuo e sem qualquer comentário despachei imediatamente para todos os deputados. Portanto a Senhora pode estar excitada com as excitações que os seus colegas de partido demonstram pelo país todo, mas aqui nesta Assembleia a Senhora terá sempre troco. Porque se tiver razão eu dou-lha. Quando não tem razão eu não deixarei passar porque esta é competência da Mesa. Isto não é a SIC, não é um circo, isto é a Assembleia Municipal de Aveiro.”

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁵¹

Presidente da Mesa⁰⁵²

Membros da Assembleia

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁵³

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁴

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores deputados, Senhor Presidente de Câmara e Senhores Vereadores, e Exma. Senhora deputada proponente. Em relação ao orçamento participativo está elencado na proposta um histórico e sobre esse histórico eu não posso deixar de lembrar aquilo que foram as posições do PCP em relação às propostas orçamentais do orçamento participativo aqui trazidas ora pelo bloco de esquerda, ora pelo executivo anterior PPD/PSDS. Nós temos desde sempre uma objeção de fundo em relação a este modelo de orçamentos participativos. Na realidade sempre achamos que este modelo não só perigava com aquilo que era os interesses das populações e favorecia interesses de grupos, mais ou menos organizados, que de alguma forma fazendo pressão fazendo aprovar as suas propostas. Esse receio acabou até por se concretizar aqui em Aveiro naquilo que aconteceu.

Por outro lado, lembramos um processo que foi tortuoso, que teve um debate ideológico que na altura serviu apenas para levantar fantasmas, acusações, enfim. Mas que tinha e nós reconhecemos-lhe méritos. Por isso mesmo, também não nos somos capazes de colocar contra aquilo que aqui nos foi apresentado quer pelo Bloco de Esquerda quer pelo PSD. Reafirmo, nós não somos favoráveis ao modelo que aqui se propunha para Aveiro. E a vida depois veio a confirmar e aquilo depois foi derrotado. Como dizia um grande teórico “a prática é o critério da verdade” e nessa medida foi derrotado pela vida essa proposta de orçamento.

Contudo há uma questão jurídica que também é verdade e tem relevância. Que é o facto de haver um regulamento municipal votado nesta Assembleia que não é cumprido, sem que haja qualquer movimentação jurídica no sentido de lhe retirar vigor. Nesse sentido cremos que a recomendação tem aqui um fundo importante e cumpre o Senhor Presidente de Câmara ter uma palavra sobre isto e explicar. Creio que terá feito uma pequena explicação na carta que endereçou mas parece-nos curta a justificação de que não há dinheiro. Tenho dito.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁵⁵

Vogal Paulo Marques (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁶

“Muito obrigado Senhor Presidente. Não haja dúvida que o orçamento participativo tem o seu valor, tem o seu mérito, é verdade, as pessoas podem contribuir para determinados projetos, mas também é verdade e este executivo facilmente percebeu isso quando assumiu as responsabilidades do município, que a Câmara municipal não está e condições de gastar dinheiro em questões que não são prioridades. Apesar de todas as mais-valias que possa constituir um orçamento participativo, neste momento para além das prioridades que estão muito bem definidas em termos de orçamento, também é verdade que estamos perante as obrigações da lei FAM e que obrigam a contenções de despesa e neste momento pensamos que não faz sentido uma vez que o orçamento participativo não é uma prioridade. Não é um problema básico essencial dos cidadãos no dia-a-dia, não faz sentido nenhum, esta proposta de recomendação.”

Vogal Marques Pereira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁷

“Senhor Presidente, Senhores deputados. Queríamos começar por fazer uma declaração prévia. E a declaração é esta: o PS já aqui se pronunciou em outras circunstâncias e em

outras ocasiões favoravelmente pela implementação de metodologias de participação que podem configurar os designados orçamentos participativos ou outras.

O Orçamento Participativo não está refém do Orçamento Municipal. Podem-se elaborar metodologias de participação com base em orçamentos participativos sem uma dotação financeira. Há várias experiências no país de metodologias dessa natureza e recordo-me por exemplo de orçamentos participativos de crianças e jovens que há em diversas escolas e em muitos municípios.

E há orçamentos participativos em Portugal que tem um secesso enorme. Estou a recordar dos últimos números que vi em relação a Cascais em que os votantes do Orçamento Participativo são mais dos que aqueles que votaram nas forças que somadas constituem o executivo municipal. Portanto tem um significado político relevante.

Em Aveiro, como diz o povo, processo que nasce torto tarde ou nunca se endireita. O anterior executivo, iniciou mal uma metodologia do orçamento participativo. E foi avisado na altura para isso. E é evidente que essa intervenção foi desastrosa. E portanto, do meu ponto de vista, implementar-se um orçamento participativo, em cima de um regulamento que tem uma experiência que foi um desastre, acho que não é uma boa proposta. Em tese o PS concelhio que se mostrou favorável a essa matéria, mas nacionalmente tem isso inscrito no seu programa. Alias, tem inscrito no seu programa político a adoção de um orçamento participativo de nível estadual. E portanto será uma experiência piloto se ela arrancar e enfim, terá o seu interesse.

Agora no que aqui nos diz respeito à proposta trazida pelo Bloco ela enferma de dois problemas fundamentais, do meu ponto de vista. O problema é o modelo. O modelo que está delineado para Aveiro é errado. Mesmo que se procure alterar o regulamento.

Segundo problema. Esta discussão de implementação do orçamento participativo não pode estar inquinada e refém de uma questão regulamentar.

Nas questões regulamentares existe o Código de Procedimento Administrativo para as resolver. E os órgãos do município resolvem-na. Suspendem ou revogam o regulamento. Poderá ter sido um lapso ainda não ter sido feito. O Senhor Presidente vai tratar disso. Amanhã chega e pede ao jurista e fazem uma deliberação – isso resolve-se.

O problema não está aí nem deve estar aí. Até porque diga-se, o parecer que eu li (e acho que já é generoso com todo o respeito para quem o redigiu), chamar-se parecer jurídico àquele papel A4, faz redundar esta proposta num fracasso e numa debilidade muito grande.

E portanto, com um “parecer jurídico” que é pouco fundamentado, com um regulamento que assenta em pressupostos errados e não atende às nossas especificidades territoriais e sociais, que tem como experiência de implementação um desastre, e cujo modelo, do meu ponto de vista, que o vi na altura com muita atenção, me parece inadequado, eu acho que esta proposta, hoje, do nosso ponto de vista, iremos abster-nos por causa daquilo que disse. E até por respeito da propositura e de se levantar o tema aqui.

Mas há outra questão que não deixa de ser relevante. A implementação de uma metodologia de participação qualquer que ela seja deve pelo menos não colher uma manifestação tão aguda do em seu desfavor como aqui acontece. Há uma certa direita nesta Assembleia que é figadalmente contra este tipo de metodologias. Estou em crer que só por intervenção do senhor Presidente da Câmara e se ele meter na cabeça que lhe é vantajoso implementar um orçamento participativo é que ele arranca. Mas é bom que assim seja. Porque eu não conheço nenhum orçamento participativo de sucesso em que não haja um empenhamento pessoal e político do Presidente de Câmara, ainda que depois delegue em comissões técnicas, vereadores, faça contratos com especialistas na área, mas o Presidente da Câmara é uma peça fundamental nisso. Na data o Senhor Presidente da Câmara alega um conjunto de razões sobre as quais não vale a pena

debruçarmo-nos agora, dizendo que é contra. E depois tem o apoio até exuberante desta maioria, contra o orçamento participativo. Donde o critério de oportunidade de esgotar esta discussão numa questão técnica procedimental do Procedimento Administrativo é um mau contributo para nós aqui implementarmos um orçamento participativo em Aveiro. Disse.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁵⁸

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰⁵⁹

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁶⁰

Vogal Henrique Diz (PPS/PSD)⁰⁶¹

De seguida o Presidente da Mesa perguntou ao Presidente da Câmara se queria usar da palavra, tendo o mesmo escusado a sua intervenção.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁶² Ponto 6. – Apreciação e votação de proposta recomendação – Implementação Orçamento Participativo, sendo a mesma rejeitada, com dezanove votos contra (PSD13+CDS6) quinze abstenções (PS10+PCP1+IND4) e um voto a favor (BE1).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰⁶³

“Gostaria de fazer a declaração de voto do PCP justificando a abstenção. Nós abstivemo-nos por simpatia com a ideia do orçamento participativo, mas não podíamos ser favoráveis na exata medida em que nós nunca estivemos de acordo com o modelo do orçamento participativo existente no município de Aveiro.”

Vogal Paulo Fontes (PS):⁰⁶⁴

“A declaração de voto é pessoal. Eu abstive-me no sentido em que concordo com a existência de um orçamento participativo e também concordo que o regulamento em vigor terá de ser melhorado e revisto. Mas não posso votar a favor quando a própria recomendação do Bloco de Esquerda tenta pré-determinar o sentido dessa revisão, nomeadamente dizendo que quer retirar ao executivo a possibilidade de iniciativas ou que não tem regras democráticas. Portanto esta formulação estaria já a pré-determinar a discussão e nesse sentido não posso votar a favor.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD):⁰⁶⁵

“O PSD vota contra porque não aceita substituir a democracia representativa por uma democracia maoista que certamente conduziria ao caos na gestão das instituições”

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁶⁶

Presidente da Mesa⁰⁶⁷

Presidente da Mesa⁰⁶⁸

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁶⁹

Presidente da Mesa⁰⁷⁰

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou o plenário⁰⁷¹ que para este período regimental existia uma munícipe inscrita.

Continuando deu a palavra à munícipe, Maria João Fernandes, que fez prolongada exposição sobre o seu entendimento da violação e profanação do Jazigo de Família de João Pedro Soares, pela Junta de Freguesia de Vera Cruz e Glória, e de seguida leu a intervenção que distribuiu pelos líderes dos grupos municipais.

Maria João Soares:[072](#)

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro; Exmo. Senhor Presidente da Câmara; Exmos Senhores deputados; Exmos Senhores Vereadores.

É com profunda mágoa, mas sob o signo da esperança que venho hoje a este mesmo espaço onde há uns anos introduzida por um histórico deputado de Aveiro, o Dr. Carlos Candal, lutei e então com sucesso, pela exposição “Silva Rocha Arquiteto Artista”, que comissariei. E pelo livro de que sou autora “Francisco Augusto da Silva Rocha (1864-1957) Arquitetura Arte Nova de Aveiro, uma Primavera Eterna”. Primeira monografia feita à luz da Arte Nova em Portugal, histórica defesa de um estilo e de um autor cujo genial traço marcou esta cidade por sua causa considerada e por José Augusto França: “Capital da Arte Nova em Portugal”.

Essa defesa deu seguimento a uma outra iniciada em 1996 para salvaguarda do edifício onde hoje nos encontramos, então ameaçado de iminente demolição, ex-libris da cidade de Aveiro, desde o século XV como Moinho de Maré, até ao seu destino como Escola Industrial em 1903, num terreno adquirido por João Pedro Soares e num edifício adaptado à estética Arte Nova por Francisco Augusto da Silva Rocha (1864-1957), fundador do Ensino Industrial em Aveiro e Diretor da Escola durante mais de trinta anos.

Álvaro Siza Vieira e o então Presidente da República Jorge Sampaio, e um conjunto das mais ilustres personalidades da sociedade portuguesa da cultura e da política, associaram-se a esta defesa que teve como consequência a preservação de um século da nossa cultura e da nossa arquitetura, a preservação do centro histórico Arte Nova da cidade de Aveiro, da casa de Mário Pessoa, hoje Museu de Arte Nova e do edifício que é atualmente sede da Assembleia Municipal.

É precisamente neste edifício que representa a memória viva do meu trisavô João Pedro Soares, e a ele se devem o Teatro Aveirense, o Hospital de Aveiro, a Escola Industrial (entre muitos outros benefícios) e a meu bisavô Francisco da Silva Rocha, e que representa simultaneamente a memória de uma cidade gravemente lesada, que eu venho hoje, numa sessão para sempre tristemente histórica, dar o meu testemunho em sessão da Assembleia Municipal, em meu nome, dos meus familiares vivos que hoje não me puderam acompanhar e em nome da honra e da dignidade dos meus antepassados, ilustres cidadãos de Aveiro, para que fique registado o ato que nos atingiu e atingiu irreversivelmente a nossa dignidade e memória e as de toda uma cidade.

Já é de todos conhecido pelos dois artigos que publiquei no Diário de Aveiro o que aconteceu ao Jazigo de João Pedro Soares, o maior benemérito de Aveiro do seu tempo e de toda a sua família que incluía sua esposa e filhos, entre os quais Olinda, minha bisavó, e seu genro Francisco Augusto da Silva Rocha, meus bisavós, sua única e querida filha Maria Luísa e seu marido Justino, meus avós, e meu tio José Augusto, aí depositado por vontade expressa em 2000.

O Jazigo de família de João Pedro Soares em excelente estado como comprova fotografia existente no “Processo de Divisão de Coisa Comum” (relativo ao Jazigo 32) que decorreu em 2007 no 2º Juízo Cível do Tribunal de Aveiro, averbado em nome de um dos familiares, com o nome do proprietário original escrito na fachada, uma figura que consta na internet no “Calendário Histórico de Aveiro”, abrigo do último repouso de uma histórica família de Aveiro, onde se encontrava Silva Rocha, autor deste edifício e

do centro Arte Nova da cidade, foi arrombado e violado e profanados os restos mortais dos que aí se achavam.

Os editais que precederam esta ação não cumpriram qualquer procedimento legal, omitindo o nome do Proprietário e dos inumados no Jazigo, o que tomou impossível alertar qualquer dos familiares.

O Presidente da Junta de Freguesia alega supostamente não ter tido acesso a qualquer informação sobre a identidade dos que se encontravam no Jazigo³², quando o Regulamento da Delegação de Competências obrigava a Câmara a transferir todos os livros e documentos para a Junta de Freguesia e quando no Livro do Cemitério que ainda aí se encontra, podiam ser consultados os dados relativos ao Jazigo 32, incluindo a lista de todos os aí inumados.

Por outro lado em diversos documentos e certidões emitidos pela Câmara, constavam esses mesmos dados. Nenhuma diligência foi feita para localizar os familiares, antes de se tomar a decisão tremenda de esvaziar uma capela de família de um Cemitério Histórico protegido pelo IGESPAR e que consta dos roteiros culturais da Europa. Antes de profanar e lançar numa espécie de vala comum os restos mortais do mais ilustre cidadão de Aveiro Moderno e toda a sua família, a minha família, a família de todos os que prezam a cultura em Aveiro e no nosso país.

O jazigo foi vendido em hasta pública a José Pires Capão, ainda com o seu precioso conteúdo, relíquias para os seus familiares e que o deveriam ser para toda uma cidade, foi posteriormente e mediante um requerimento ao Presidente da Junta de Freguesia, totalmente esvaziado desde os subterrâneos e os restos mortais dos que aí se achavam num destino que está por esclarecer, depositados no espaço relativo a um único talhão, tendo ao que parece as urnas sido destruídas, incluindo a que fora depositada em 2000.

Sem que nenhum dos responsáveis autárquicos, nem o vereador da cultura, Miguel Capão Filipe que em 2009 presidiu nesta mesma sala ao lançamento da monografia sobre Silva Rocha, nem o Presidente da Câmara, pudessem travar este ato terrível de desrespeito da memória e da dignidade de toda uma família, de desrespeito dos procedimentos legais que a terem sido cumpridos teriam evitado esta catástrofe.

Um erro foi cometido, um gravíssimo erro que afetou profundamente vivos e mortos de uma cidade e de uma família que o não mereciam. Deste erro existem todos os comprovativos, todos os documentos que atestam quer a propriedade legal do Jazigo, quer o incumprimento dos procedimentos legais que deveriam ter sido respeitados.

Nem a Junta de Freguesia nem a Câmara, responderam a quaisquer dos requerimentos que lhe endereçámos. A Junta de Freguesia não tem permitido consultar o processo de concessão do Alvará do Jazigo 32, que deveria ser de consulta pública obrigatória.

A Câmara como órgão delegante de competências na Junta de Freguesia da Vera Cruz Glória tem justamente a competência, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, para revogar os atos por esta cometidos ilegalmente, no que respeita ao Jazigo 32.

O Sr. Presidente da Câmara a quem me dirigi em reunião de Câmara aberta ao público, referiu não me ter recebido pelo facto de eu ter levado o assunto para a praça pública!? Este assunto não é um assunto privado, mas um gravíssimo assunto de dimensão pública pelas consequências que assumiu o incumprimento da lei. Por outro lado, como deve lembrar-se foi o primeiro a quem reportei a situação e levei um mês a escrever-lhe e a todos os Vereadores. Todos me responderam com o silêncio.

o silêncio não pode ser uma resposta quando está em causa um assunto desta gravidade e que envolve uma das grandes figuras da cultura portuguesa do início do século. O Sr. Presidente da Câmara referiu ainda em citada reunião ser contra escrutínios como aquele que considerou Salazar o maior português de todos os tempos.

No caso de Silva Rocha não se trata de um escrutínio mas das marcas vivas que deixou numa cidade que lhe deve as verdadeiras esculturas que são as suas obras que resistem ao tempo e o iluminam com a sua beleza imortal. Trata-se também do consenso não de uma maioria, mas de muitos dos expoentes da nossa cultura, de Siza Vieira, a José Augusto França e Eduardo Lourenço.

Ouçamos Eduardo Lourenço no abaixo-assinado que em 2007 defendia o nome de Silva Rocha, para a sua obra-mestra, a casa de Mário Pessoa, atual Museu de Arte Nova: «É da mais elementar justiça perpetuar condignamente a memória de uma personalidade artística tão singular como a do arquiteto Silva Rocha, não apenas profeta, mas antes das belas expressões da Arte Nova de que se honra a cidade de Aveiro e para além dela o país inteiro. Que melhor maneira de o homenagear que dar o seu nome ao novo “Museu de Arte Nova “. Espanta é que a lembrança venha tão tarde. (24 Maio de 2008).

Pedro Roseta: “Apoio calorosamente a atribuição do nome do arquiteto Silva Rocha ao novo Museu de Arte Nova de Aveiro por se tratar de uma grande personalidade não só da arquitetura Arte Nova, mas da cultura nacional.” (9 Abril de 2008).

José Augusto França: Se Aveiro pode gabar-se de ser a “capital da Arte Nova em Portugal”, se há Arte Nova em Aveiro, é graças à obra arquitetónica de Silva Rocha” (12 Dezembro de 2007).

Álvaro Siza Vieira: Acho evidente e incontornável que o nome de Silva Rocha seja atribuído ao Museu de Arte Nova de Aveiro, considerando que ele é protagonista maior da construção e do carácter da cidade de Aveiro da sua época.» A lista seria interminável. Não há profetas na sua terra, já o sabemos e Cristo foi vítima disso. Mas levar tão longe o desrespeito da memória de ilustres cidadãos, e mesmo que se tratasse de cidadãos comuns, não deve ter precedentes.

Hoje numa noite fria e tristíssima, nesta sala votada a um destino público, de um edifício que foi concebido pelo genial risco de Silva Rocha, para refletir num espelho natural um padrão de perene beleza e equilíbrio, venho uma vez mais invocar a justiça que se impõe. Peço a todos os aqui presentes e que integram um órgão eleito para defender os direitos dos cidadãos, a todos os Aveirenses, que tenham um papel junto do Sr. Presidente da Câmara para que reponha a posse legal do jazigo de família de João Pedro Soares, permitindo que voltem a achar o repouso eterno os que aí se encontravam, juntamente com a sua memória e com a sua dignidade.

Memória e dignidade que são as de uma cidade que tanto lhes deve e no interesse da qual, em primeiro lugar, do seu património, é urgente fazer justiça. E entretanto que os anjos, no frio Inverno do tempo e da alma, velem o sono daqueles que foram insidiosamente desrespeitados e que eles também, como nós, aguardam a justiça dos homens.

Presidente da Mesa⁰⁷³

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁷⁴

“Obrigado a todos. Senhora D. Maria João, não vou estar a responder nem a dizer nada porque já tivemos uma longa conversa na reunião de Câmara Pública há pouco menos de um mês, portanto reitero as mesmas duas conclusões que obviamente não vou estar aqui a repetir tudo aquilo que já me ouviu. Tivemos uma boa conversa com a sua irmã e com a Senhora sua mãe.

Confiança total na junta de freguesia na gestão do Cemitério. Temos a competência delegada e bem delegada, sentimo-nos bem, confiança total.

E, disponibilidade para sermos parte de um processo que cuide bem da boa memória e possa ser um ponto de encontro entre as partes.

Reitero aquilo que já lhe disse e repito. Obviamente, acho que a sistemática exposição pública deste processo é um péssimo contributo para os objetivos que quer atingir. Já lho disse e hoje repito. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:⁰⁷⁵

“Eu só ia dizer uma coisa. Enfim, eu dei este tempo, conheço a pessoa, e devo dizer que por uma questão de transparência (eu não conheço os procedimentos), mas houve uma coisa que eu disse à Senhora D. Maria João. Repito aqui em público para que fique claro e não é deslealdade a ninguém. Se fosse a minha família (a ser verdade, que é) se fosse a minha família, se isso acontece em Angeja, Oliveirinha ou Estarreja, podem ter a certeza que eu não descansava.”

(Saiu definitivamente da sala o Vogal António dos Santos Costa)

Membros da Assembleia

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁷⁶

“Ora muito bem. Eu vou ser muito mais breve que a Senhora D. Maria João. Para dizer que tal como aquele comunicado que fizemos em 31 de Outubro na comunicação social, em momento algum foi nossa intenção ofender a memória de quem quer que fosse. É no entanto dever desta Junta de Freguesia impedir que o abandono e a degradação dos jazigos se perpetuem no tempo.

A Junta de Freguesia quando tomou a posse a assumiu a gestão dos Cemitérios, constituiu uma equipa liderada por mim para fazermos uma avaliação da situação dos cemitérios, como se impunha. O Cemitério Central não tinha um espaço livre para suportar uma pessoa que morresse naquele momento. O Estado de degradação era total. Diria que 90 por cento. Parece que ninguém tinha gerido convenientemente os cemitérios. Isso é uma verdade e fica uma palavra algo crítica, sem ofender quem quer que seja, aos executivos anteriores que na verdade desprezaram o cemitério. Eu necessitei a certa altura de um espaço para sepultar um grande aveirense que é o Dr. Vasco Branco e não tinha realmente uma sepultura. Era necessário realmente tomar atitudes. Eu constituí uma equipa, liderada por mim, fizemos uma avaliação do cemitério e decidimos realmente tomar atitudes. Fizemos aquilo que a lei nos aconselhou. Consultámos um jurista, publicámos editais, fizemos publicidade para os concessionários procurarem a Junta de Freguesia, os editais têm validade de 60 dias, estiveram expostos dezasseis ou dezassete meses, e procedemos realmente em conformidade.

Nos livros em nossa posse, que nos foram fornecidos pela Câmara naturalmente, não uma morada, não há um telefone, não há contacto de ninguém (ouvem-se vozes). Fizemos aquilo que a lei nos aconselha com a publicação de vários editais e o processo realmente foi decorrendo. Para que não haja a mais pequena dúvida de que a nossa atitude foi devidamente fundamentada eu pedia ao Senhor Presidente, em defesa das atitudes que a Junta tomou, que permitisse a visualização de umas imagens para esclarecimento dos Senhores Deputados e que toda a gente ficasse a saber do estado caótico em que se encontrava o cemitério central.

Sobre o jazigo em questão eu queria dizer o seguinte: era uma vegetação intensa; infiltrações, vestígios de ratazanas, odor intenso, urnas parcialmente abertas, pedaços das mesmas caídas no chão (ouvem-se de novo interpelações). Eu pedia que o Senhor Presidente autorizasse a visualização das imagens.

Para terminar dizer que o jazigo não foi visitado por muitos, muitos anos. Afirmado por um funcionário que esteve trinta e cinco anos em serviço no cemitério e nunca viu quem quer que fosse a visitar este jazigo e a cuidar realmente do seu estado.”

De seguida foram mostradas as imagens.

Presidente da Mesa⁰⁷⁷

“Não como Presidente, mas a título pessoal, e acho que outros poderão pensar da mesma forma que eu (julgo que não vou dizer nada de extraordinário), para que as partes falem e cheguem a um entendimento, que independentemente da boa-fé com que possam ter atuado é uma situação lamentável — que eu julgo que é reparável.

E fazia um apelo que as pessoas não ficassem enquistadas no que já se passou, mas que consigam encontrar uma solução a contento de todos. Portanto este é o meu apelo pessoal e gostaria muito que fosse seguido. E mais não posso fazer.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão,⁰⁷⁸ não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁷⁹ a Sessão Ordinária Novembro/Dezembro.

Eram 00:45 horas do dia 05 de Dezembro de 2015.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(04:15)